

VLI Operações Portuárias S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro 2015 e
2014**

Gerência de Contabilidade

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12
Administração – diretores	33

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da VLI Operações Portuárias S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone 55 (31) 2128-5700, Fax 55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
VLI Operações Portuárias S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis



feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI Operações Portuárias S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compras de serviços e operações de adiantamentos para futuro aumento de capital são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa no 4.8 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 - Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	37.302	2.640
Contas a receber	4.6	19.553	15.545
Estoques	4.7	1.157	1.245
Tributos a recuperar	4.9	1.511	5.071
Despesas pagas antecipadamente	4.10	4.534	2.590
Dividendos a receber	4.11	11.086	4.657
Sinistros a recuperar	4.12	17.098	-
Demais contas a receber	4.12	1.174	608
		<u>93.415</u>	<u>32.356</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	4.13	563	3.358
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	4.28	5.430	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.22	156.000	380.000
Investimento	4.14	911.599	291.008
Imobilizado	4.15	44.509	27.631
		<u>1.118.101</u>	<u>701.997</u>
Total do ativo		<u>1.211.516</u>	<u>734.353</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos		195	-
Fornecedores	4.16	71.457	95.418
Contas a pagar	4.17	637	-
Obrigações fiscais	4.18	5.806	3.768
Obrigações sociais e trabalhistas	4.19	7.295	6.238
Dividendos propostos	4.20	14.010	6.481
Provisões operacionais	4.21	14.985	12.911
Demais contas a pagar		8	8
		<u>114.393</u>	<u>124.824</u>
Não circulante			
Provisão para contingências	4.13	1.138	-
Benefícios a empregados	4.30	479	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	4.22	-	419.100
		<u>1.617</u>	<u>419.100</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.23	1.010.345	150.245
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	2.002
Reservas de lucros		85.161	38.182
		<u>1.095.506</u>	<u>190.429</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.211.516</u>	<u>734.353</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 - Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida de serviços prestados	4.24	150.710	145.565
Custo dos serviços prestados	4.25	(97.387)	(78.766)
Lucro bruto		53.323	66.799
Receitas (despesas) operacionais	4.26		
Administrativas		(14.118)	(18.283)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.		(8.091)	(17.491)
		(22.209)	(35.774)
Resultado operacional antes das participações Societárias e do resultado financeiro		31.114	31.025
Resultado de Equivalência Patrimonial		36.676	11.518
Resultado financeiro	4.27	2.484	(3.478)
Despesas financeiras		(333)	(4.993)
Receitas financeiras		1.771	1.163
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		1.046	352
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		70.274	39.065
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.28	(11.287)	(11.775)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente		(16.718)	(11.775)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		5.431	-
Lucro líquido do exercício		58.987	27.290
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		5.224,65	6.494,50

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

3.3 - Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	58.987	27.290
Outros resultados abrangentes	2.002	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>60.989</u></u>	<u><u>27.290</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

3.4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	Reservas de lucros					Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de expansão	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 01 de janeiro de 2014	145.200	40	17.333	-	2.002	-	164.575
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.290	27.290
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	27.290	27.290
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Aumento do capital social	5.045	-	-	-	-	-	5.045
Constituição de reservas	-	1.365	19.444	-	-	(20.809)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(6.481)	(6.481)
Em 31 de dezembro de 2014	150.245	1.405	36.777	-	2.002	-	190.429
Em 01 de janeiro de 2015	150.245	1.405	36.777	-	2.002	-	190.429
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	58.987	58.987
Reversão da previdência privada de investidas	-	-	-	-	(2.002)	2.002	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(2.002)	60.989	58.987
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Aumento do capital social	860.100	-	-	-	-	-	860.100
Constituição de reservas	-	2.949	23.039	-	-	(25.988)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(14.010)	(14.010)
Dividendos adicionais	-	-	-	20.991	-	(20.991)	-
Em 31 de dezembro de 2015	1.010.345	4.354	59.816	20.991	-	-	1.095.506

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

3.5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro Líquido do exercício	58.987	27.290
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(36.676)	(11.518)
Depreciação e amortização	2.858	368
Provisão para perdas e contingências	1.231	96
Despesas com variação monetária/cambial	(1.045)	(352)
	<u>25.355</u>	<u>15.884</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.100)	(10.910)
Estoques	88	(1.245)
Tributos a recuperar	(1.331)	(3.084)
Despesas antecipadas	(1.944)	(2.590)
Depósitos judiciais e garantias	3.282	(3.016)
Dividendos recebidos	4.656	-
Sinistros a recuperar	(17.098)	-
Demais Contas a Receber	(567)	(600)
Fornecedores	(23.940)	49.438
Contas a pagar	637	-
Obrigações fiscais	2.036	2.812
Obrigações sociais e trabalhistas	1.057	1.851
Benefícios a empregados	479	-
Provisões operacionais	2.075	2.910
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	<u>(9.315)</u>	<u>51.450</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(19.737)	(27.999)
Aquisição de participação societária	(215.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(156.000)	(370.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(390.737)</u>	<u>(397.999)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuo com partes relacionadas	-	(74.635)
Capitação de Empréstimos com instituições financeiras	195	-
Aportes de Capital	441.000	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	419.100
Dividendos pagos	(6.481)	(3.390)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	<u>434.714</u>	<u>341.075</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>34.662</u>	<u>(5.474)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.640	8.114
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.302	2.640

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

3.6 - Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Vendas brutas de serviços	175.551	169.690
Outras receitas (despesas)	2.433	501
Provisão para créditos de liquidação duvidosa reversão/constituição	(93)	(96)
	<u>177.891</u>	<u>170.095</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(47.436)	(63.204)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45.969)	(29.486)
Provisão para perdas, principalmente contingências	(1.138)	-
Outros	(390)	(722)
	<u>(94.933)</u>	<u>(93.412)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>82.958</u>	<u>76.683</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(2.858)	(368)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>80.100</u>	<u>76.315</u>
Valor Adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	36.676	11.518
Receitas financeiras	2.818	1.519
	<u>39.494</u>	<u>13.037</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>119.594</u>	<u>89.352</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	18.563	16.337
Benefícios	8.836	6.630
F.G.T.S.	1.371	957
Outros gastos com pessoal	256	222
	<u>29.026</u>	<u>24.146</u>
Impostos, Taxas e Contribuições.		
Federais	21.903	23.636
Estaduais	35	1
Municipais	9.396	9.282
	<u>31.334</u>	<u>32.919</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	247	4.997
	<u>247</u>	<u>4.997</u>
Remuneração de Capital próprio		
Lucro líquido do período	58.987	27.290
	<u>58.987</u>	<u>27.290</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>119.594</u>	<u>89.352</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

150418-DCs_2015_VOP_17-03-2016.docx

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A VLI Operações Portuárias S.A. (doravante denominada “VOP” ou “Companhia”) foi constituída em 11 de outubro de 2010, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tendo iniciado suas atividades operacionais em janeiro de 2012. É controlada pela VLI S.A., tendo por objeto social:

- (i) Construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário e também provendo serviços de apoio a navios na área do porto;
- (ii) Explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário;
- (iii) Exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não;
- (iv) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM; e
- (v) Execução de quaisquer atividades fins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, além de outras que utilizem como base a nossa estrutura, podendo, ainda, participar do capital de outras empresas.

VLI Soluções S.A

A VLI Soluções S.A, nossa controlada e com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social:

(i) a construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias próprias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário e também provendo serviços de apoio a navios do porto.

(ii) explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário;

(iii) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias próprias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior.

Em 20 de agosto de 2015, através de AGE (Assembleia Geral Extraordinária), foi deliberada a alteração da razão social da Porto Norte S.A para VLI Soluções S.A..

TUF Empreendimentos e Participações S.A

A TUF Empreendimentos e Participações S.A, nossa controlada, têm por objeto social a gestão e administração das seguintes atividades portuárias, com vistas a maximizar a sua eficiência:

(i) a construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, bem como a provisão de serviços de apoio a navios na área do porto.

(ii) a exploração do comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário;

(iii) a exploração, direta ou indiretamente, de serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias próprias e de contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A TUF Empreendimentos e Participações S.A., poderá, ainda, gerir ou administrar quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares as descritas anteriormente, além de outras que utilizem como base a estrutura portuária, podendo, ainda, participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior.

Ultrafertil S.A.

A Ultrafertil S.A., nossa controlada indireta, é uma Companhia que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiro destinados ou provenientes de transporte aquaviário e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com sede no Município de Santos, São Paulo, as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

Em agosto de 2013 a TUF empreendimentos e Participações S.A. adquiriu 100% das ações ordinárias da Ultrafertil S.A que estavam sob propriedade da Vale Fertilizantes S.A.

4.2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia, as quais serão submetidas para aprovação em Assembléia Geral Ordinária prevista para 29 de abril de 2016

4.3 - Resumos das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados e mensurados pelo valor justo.

b) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 4.4.

Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia não apresenta suas demonstrações contábeis de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Operações Portuárias S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Operações S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, AFAC, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de *impairment*, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD").

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, com base em dados históricos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.

f) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Na consolidação das entidades controladas, a participação de terceiros é registrada no demonstrativo de patrimônio líquido, na rubrica de acionistas não controladores.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

j) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e iii) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

k) Dividendos

Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

l) Moeda Funcional

As transações realizadas nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real.

m) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

n) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis, todas sem valor nominal.

o) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. As controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e Bancos	-	4
Aplicações Financeiras	<u>37.302</u>	<u>2.636</u>
	<u>37.302</u>	<u>2.640</u>

As aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, em 31 de dezembro de 2015, foram remuneradas por um percentual médio de 101,15% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro 2014 os saldos remanescentes eram aplicados em "overnight".

4.6 - Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	19.232	15.131
Contas a receber partes relacionadas	511	511
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	<u>(190)</u>	<u>(97)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>19.553</u>	<u>15.545</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	19.435	14.665
Vencidos até 3 meses	-	382
Vencidos de 3 a 6 meses	225	359
Vencidos acima 6 meses	<u>83</u>	<u>236</u>
Contas a receber	<u>19.743</u>	<u>15.642</u>

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas contas a receber, comercial, faturamento e gestão de risco corporativo, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 - Estoques

Circulante	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Peças e componentes de equipamentos / instalações	830	1.174
Combustíveis, lubrificantes e gases	3	2
Materiais de expediente e outros	70	59
Materiais elétricos / eletrônicos	77	10
Outros materiais	<u>177</u>	<u>-</u>
	<u>1.157</u>	<u>1.245</u>

4.8 - Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

VLI S.A. Controladora

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanco Patrimonial	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo circulante		
Contas a receber		
Vale S/A	<u>511</u>	<u>511</u>
	<u>511</u>	<u>511</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
TUF Empreendimentos S/A	156.000	370.000
Porto Norte S.A	<u>-</u>	<u>10.000</u>
	<u>156.000</u>	<u>380.000</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Pasa-Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale	17	
Ferrovia Centro Atlântica S.A	24	11
VLI Multimodal S/A	539	
VLI S.A	1.864	3.228
Valia	139	-
Vale S/A	<u>44.946</u>	<u>71.598</u>

	47.529	74.837
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
VLI S.A	-	419.100
	-	419.100
Demonstrações do Resultado		
	31/12/2015	31/12/2014
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
VLI S/A	(1.562)	-
VLI Multimodal S/A	(72)	-
	(1.634)	-
Custos e despesas		
Custo dos serviços		
Vale S.A	(44.603)	(54.987)
PASA	(188)	(159)
VLI S/A	-	(85)
	(44.791)	(55.231)
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(644)	(414)
	(644)	(414)
Despesas com processos de suporte		
VLI S/A	(9.096)	(18.283)
VLI Multimodal S/A	(4.998)	-
	(14.094)	(18.283)
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos - Vale S.A	-	(2.416)
	-	(2.416)

O valor a receber no ativo circulante é relativo a serviços portuários de embarque de ferro gusa para a Vale S.A.

O valor no ativo não circulante trata-se de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para suas controladas. Estes adiantamentos são para cumprir às obrigações assumidas para expansão do terminal portuário da controlada indireta Ultrafertil, controlada da TUF Empreendimentos e Participações S.A.

Os valores de R\$ 14.094 (2014 - R\$ 18.283), referem-se aos compartilhamentos de custos e despesas administrativas da VLI S.A e VLI Multimodal S/A, conforme contrato celebrado entre as partes.

Os valores a pagar para a Vale no montante de R\$ 44.946 (2014 - R\$ 71.598) são relacionados com a contratação da operação de serviços portuários no Porto de Itaqui-Maranhão.

Os custos dos serviços vendidos estão relacionados aos contratos portuários celebrados entre a Vale S.A e a Companhia.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela Controladora.

4.9 - Tributos a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte	699	463
PIS e COFINS a compensar	386	158
Imposto de renda e contribuição social antecipados	408	4.432
INSS	18	18
Tributos a recuperar	1.511	5.071

4.10 - Despesas Antecipadas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	4.491	2.590
Despesas c/ licença de uso de softwares	43	-
	<u>4.534</u>	<u>2.590</u>

	<u>Valor</u>	<u>Parcelas a Apropriar</u>	<u>Vigência</u>
Circulante			
Riscos Operacionais	989	11 parc. R\$ 82,4	907 nov/2015 a nov/2016
Responsabilidade Civil Operador Portuário	3.910	11 parc. R\$ 325.8	3.584 nov/2015 a nov/2016
Despesas c/ licença de uso de softwares		7 parc. R\$ 6,1	43 ago/2015 a jul/2016
	73		<u>43</u>
			<u>4.534</u>

a) Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Valores em milhares</u>
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Responsabilidade Civil Operador Portuário	All Risk	USD 50.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos Menores e aprendizes	24 x Salário Base R\$ 13
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200

4.11 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 foram propostos pela TUF Empreendimentos e Participações S.A, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os saldos de dividendos a receber em 2015 somavam R\$ 11.086 (R\$ 4.657 em 2014).

4.12 - Sinistros a Recuperar e Demais contas a receber

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Sinistros a recuperar (a)	17.098	-
Adiantamento a empregados	1.107	568
Adiantamento a fornecedores	-	40
Outras contas a receber	67	-
	<u>18.272</u>	<u>608</u>

- a) Referem-se aos gastos da Companhia com o acidente ocorrido na sua operação, para os quais há provisão da franquia, conforme Nota 4.21(a).

4.13 - Depósitos judiciais e provisão para contingências

	31/12/2015		31/12/2014	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas	-	1.138	-	-
Tributárias	563	-	3.358	-
	563	1.138	3.358	-

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2014		Juros e atualização monetária	31/12/2015	
	Adição	Baixa		Adição	Baixa
Tributárias	3.358	(3.281)	486	-	563
	3.358	(3.281)	486	-	563

Provisões para contingências (movimentação)

	31/12/2014		Juros e atualização monetária	31/12/2015	
	Adição	Baixa		Adição	Baixa
Trabalhistas	1.138	-	-	-	1.138
	1.138	-	-	-	1.138

Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades. Não há, para os anos de 2015 e 2014, contingências possíveis e não provisionadas.

4.14 - Investimentos

(a) Composição dos saldos de participações societárias

	31/12/2015	31/12/2014
Porto Norte S.A.	1	1
TUF Empreendimentos e Participações S.A.	911.598	291.007
	911.599	291.008

(b) Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos	31/12/2015		
	Porto Norte S.A	TUF	Controladora
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2014	1	291.007	291.008
Aumento de capital	10.000	585.000	595.000
Resultado das controladas	(10.000)	46.676	36.676
Dividendos propostos	-	(11.085)	(11.085)
Saldo no final do período em 31 de dezembro de 2015	1	911.598	911.599

(c) Informações sobre controladas

	% Participação	Número de Ações	31/12/2015		31/12/2014		
			Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado do Exercício
Porto Norte S.A	100,00%	1.000	1	-	1	-	-
TUF Empreendimentos e Participações S.A	75,81%	824.981	1.373	170	1.203	62	23

Em 30 de maio de 2015, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado um aumento de Capital com capitalização de AFAC de R\$ 585.000, no qual a Companhia passa a deter 75,81% das ações representativas do capital social da TUF Empreendimentos e Participações S.A no valor de R\$ 859.057. Ao final do período de 2014 a Companhia detinha 51% das ações representativas do capital social da TUF Empreendimentos e Participações S.A

4.15 - Imobilizado

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/15	31/12/14
					Líquido	Líquido
Bens em operação						
Imóveis	40 anos	2,50%	-	-	-	221
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 a 33 anos	4,80%	2.230	287	2.517	1.091
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	10,21%	4.199	(424)	3.775	2.071
Embarcações e aeronaves	5 anos	20,00%	-	-	-	54
Veículos	3 a 6,6 anos	20,44%	1.778	(412)	1.366	1.719
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	3.593	(414)	3.179	1.794
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	367	(63)	304	63
Benfeitorias em bens de terceiros (i)	10 anos	10,00%	29.258	(2.200)	27.058	7.942
			41.425	(3.226)	38.199	14.955
Benfeitorias em curso			6.310	-	6.310	12.676
			6.310	-	6.310	12.676
			47.735	(3.226)	44.509	27.631

- i) Benfeitorias executadas em instalações, equipamentos e máquinas de propriedades de terceiros, decorrentes das atividades de terminais marítimos e rodoferroviários.

Imobilizado - Custo	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015	31/12/14
Imóveis	221	-	-	(221)	-	221
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	1.103	-	-	1.127	2.230	1.103
Equipamentos autônomos	2.115	-	-	2.084	4.199	2.115
Embarcações e aeronaves	55	-	-	(55)	-	55
Veículos	1.778	-	-	-	1.778	1.778
Bens administrativos/auxiliares	1.831	-	-	1.762	3.593	1.831
Equipamentos e aplicativos de informática	67	-	-	300	367	-
Benfeitorias em bens de terceiros	8.153	-	-	21.105	29.258	8.153
	15.323	-	-	26.102	41.425	15.323
Benfeitorias em curso	12.676	20.068	(332)	(26.102)	6.310	-
	12.676	20.068	(332)	(26.102)	6.310	-
	27.999	20.068	(332)	-	47.735	-

Imobilizado - depreciação	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(12)	299	-	287
Equipamentos autônomos	(44)	(380)	-	(424)
Embarcações e aeronaves	(1)	1	-	-
Veículos	(59)	(353)	-	(412)
Bens administrativos/auxiliares	(37)	(377)	-	(414)
Equipamentos e aplicativos de informática	(4)	(59)	-	(63)
Benfeitorias em bens de terceiros	(211)	(1.989)	-	(2.200)
	(368)	(2.858)	-	(3.226)

Composição das benfeitorias em curso	31/12/15	31/12/14
Construção e ampliação de pátios e terminais	5.102	12.477
Implantação de projetos	1.208	199
	6.310	12.676

4.16 - Fornecedores

O saldo de fornecedores representa, basicamente, compromissos da Companhia por aquisição de insumos e serviços necessários à execução dos serviços portuários contratados. Os prazos de vencimentos desses passivos costumam se situar entre 30 e 90 dias da data de entrega e são registrados quando repassados para a Companhia, os riscos e benefícios inerentes aos bens, produtos e serviços prestados.

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores terceiros mercado interno	23.928	20.581
Fornecedores partes relacionadas	47.529	74.837
	71.457	95.418

4.17-Contas a pagar

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas. Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a Companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Companhia. Em 2015 o montante de contas a pagar somava R\$ 637 (R\$ 0 em 2014).

4.18 - Obrigações fiscais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	2.115	14
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	109	62
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	1.804	1.779
PIS, COFINS	809	1.075
ISS (Imposto s/ Serviços)	969	838
	<u>5.806</u>	<u>3.768</u>

4.19 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários e encargos	1.218	1.379
Provisão para férias e 13º Salário	1.401	1.492
Benefícios trabalhistas	21	35
Participação nos resultados	4.655	3.332
	<u>7.295</u>	<u>6.238</u>

4.20 - Dividendos propostos

Conforme o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos; os dividendos devem ser reconhecidos como passivo, somente se atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Sendo assim, os dividendos que forem declarados pela assembleia geral, ou outro órgão competente, de acordo com as formalidades previstas no estatuto social, ou equivalente, antes da data-base das demonstrações contábeis atendem aos requisitos de obrigação presente e, portanto, se não pagos, devem figurar no passivo da entidade como obrigação.

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Companhia. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia propôs dividendos mínimos no montante de R\$ 14.010.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	58.987	27.290
Reserva legal - 5%	(2.949)	(1.365)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	<u>56.038</u>	<u>25.925</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>14.010</u>	<u>6.481</u>

4.21 - Provisões operacionais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Seguro Responsabilidade Civil	4.985	2.004
Seguro Risco Operacional	-	907
Provisão para franquia de seguro (a)	10.000	10.000
Totais	<u>14.985</u>	<u>12.911</u>

a) Franquia de seguro operacional

São franquias de seguros com os acidentes operacionais ocorridos em sua operação.

4.22 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

O saldo de adiantamentos no Ativo não Circulante em 31 de dezembro de 2015 R\$ 156.000 (R\$ 380.000 em 31 de dezembro de 2014) e no Passivo não Circulante o saldo em 31 de dezembro de 2015 R\$ 0 (R\$ 419.100 em 31 de dezembro de 2014), trata-se dos recursos repassados para a controlada direta VLI S/A, visando atender às necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da controlada indireta TUF Empreendimentos e Participações.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital no passivo não circulante foram integralmente aportados no exercício de 2015, em 31 de dezembro de 2014 o saldo acumulado era de R\$ 419.100. Os respectivos adiantamentos foram emitidos em caráter irrevogável e foram capitalizados e aprovados em assembleia geral dos acionistas.

4.23 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de abril de 2015, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 419.100 mediante a emissão de 9.340.482 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de dezembro de 2015, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 441.000 mediante a emissão de 9.828.568 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Nesta data o capital social da Companhia passou de R\$ 150.245 para R\$ 1.010.345 representados por 43.143.142 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Ações ordinárias	% Participação
VLI S.A.	23.413.141	99,999996%
VLI Participações S.A.	1	0,000004%
Totais	43.413.142	100,00%

b) Reservas

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos, estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

d) Reserva de expansão

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

e) Dividendos adicionais propostos

A administração da Companhia destinou a parcela do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 20.991, como dividendos adicionais.

d) Lucro por ação

(i) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido por ação.

(ii) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas.

	<u>31/12/2015</u>
Cálculo da média ponderada	
$(4.244.092 \times 4/12) + (13.584.574 \times 7/12) + 123.412.142 \times 1/12)$	11.290.127
Lucro líquido do período	58.987
Ações em 31 de dezembro	11.290.127
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	5.224,65
	<u>31/12/2014</u>
Cálculo da média ponderada	
$(4.117.860 \times 4/12) + (4.244.092 \times 8/12)$	4.202.015
Lucro líquido do período	27.290
Ações em 31 de dezembro	4.202.015
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	6.494,50

4.24 - Receita líquida

A reconciliação entre receitas brutas de serviços e a receita líquida dos serviços vendidos:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita Bruta		
Receita de serviços portuários	157.251	152.718
Receita de outros serviços portuários acessórios	18.300	16.972
	<u>175.551</u>	<u>169.690</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(8.602)	(7.780)
PIS	(2.897)	(2.520)
COFINS	(13.342)	(13.825)
	<u>(24.841)</u>	<u>(24.125)</u>
Receita líquida dos serviços vendidos	<u>150.710</u>	<u>145.565</u>

4.25 - Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Serviços contratados	(32.406)	(44.191)
Pessoal	(28.618)	(23.602)
Encargos sociais	(5.151)	(4.997)
Material	(3.688)	(4.225)
Combustíveis	(862)	(560)
Tributos	(1.150)	(796)
Outros	(836)	(27)
Depreciação	(2.859)	(368)
Despesas de arrendamento e concessão	(21.817)	-
	<u>(97.387)</u>	<u>(78.766)</u>

4.26 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Compartilhamento de custos e despesas (i)	(14.093)	(18.282)
Tributos	(1)	(1)
Serviços contratados	(9)	-
Outros	(15)	-
	<u>(14.118)</u>	<u>(18.283)</u>

- (i) Gastos com Compartilhamento de Custos e Despesas, com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A, para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH. Em 31 de dezembro de 2015 essas despesas totalizaram R\$ 14.093 (2014 - R\$ 18.282). O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora.

b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	111	63
Recuperação de despesas	991	143
Travessias	-	24
Multas contratuais	1.294	32
Aluguéis	32	-
Outros	6	239
	<u>2.434</u>	<u>501</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(134)	(36)
Outros gastos c/ pessoal	(676)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(93)	(209)
Outras operacionais	(8.001)	(7.651)
Franquia de seguros sobre acidentes	-	(10.000)
Indenizações	(483)	-
Provisão para contingências	(1.138)	-
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	-	(96)
	<u>(10.525)</u>	<u>(17.992)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(8.091)</u>	<u>(17.491)</u>

4.27 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	1.547	1.068
Juros, taxa e multas de mora	224	95
	<u>1.771</u>	<u>1.163</u>
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(8)	(581)
Encargos sobre empréstimo e financiamento - Vale	-	(4.175)
Encargos por atraso	-	(1)
Juros, taxas e multas	(227)	(172)
Outras despesas financeiras	(98)	(64)
	<u>(333)</u>	<u>(4.993)</u>
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	1.046	352
	<u>1.046</u>	<u>352</u>
Resultado financeiro	<u>2.484</u>	<u>(3.478)</u>

4.28 - Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	70.274	70.274	39.065	39.065
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	1	1	5	206
Equivalência Patrimonial	(36.676)	(36.676)	(11.518)	(11.518)
Outras	-	-	5.528	2.030
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida	1.138	1.138	-	-
Constituição (reversão) de participação nos resultados, líquida	1.321	1.321	-	-
Constituição de perdas de créditos, líquidas	93	93	96	96
Constituição (reversão) de outras provisões, líquidas	13.420	13.420	2.399	2.399
Base de cálculo ajustada	<u>49.571</u>	<u>49.571</u>	<u>35.575</u>	<u>32.278</u>
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	(12.369)	(4.461)		
PAT	112	-		
Despesas correntes e de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(12.257)</u>	<u>(4.461)</u>		
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	3.394	1.437		
Imposto de renda e contribuição social do ano corrente (alíquotas efetivas)	<u>8.263</u>	<u>3.024</u>	<u>8.870</u>	<u>2.905</u>

A Companhia não possuía saldos de base negativa e prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

4.29 - Benefícios a Empregados

Previdência complementar

Plano de Benefício

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios

da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2015, temos 233 empregados vinculados ao plano.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas relacionadas ao plano de contribuição definida Vale Mais no período findo em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 644 (2014 - R\$ 414).

O Grupo não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

O Grupo é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Principais premissas atuariais

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	31/12/2015	31/12/2014
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,31%	11,83%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	9,18%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo/(receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,10%	11,83%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	9,18%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-83 Masculina
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	19,3698
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	19,3698

4.30 - Instrumentos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 eram caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Despesas pagas antecipadamente, Demais contas a receber, Adiantamento para futuro aumento de Capital - AFAC, Empréstimos de Financiamentos, Fornecedores e Antecipações de clientes, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 correspondem:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos		
Contas a receber	19.042	15.034
Partes relacionadas	511	511
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	-	4
Aplicações financeiras	37.302	2.636
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	156.000	380.000
Dividendos a receber	11.086	4.657
	<u>223.941</u>	<u>402.842</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos	195	-
Fornecedores	23.928	20.581
Contas a pagar	637	-
Partes relacionadas	47.529	74.837
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	419.100
	<u>72.289</u>	<u>514.518</u>

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2015 e em 2014.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

c) Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços portuários. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido conforme tabela abaixo.

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
- Os limites do *rating* são atendidos pela companhia e também pela sua Controladora.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração da controladora. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

A gestão do fluxo de caixa é centralizada na controladora. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levado em

consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

5 - ADMINISTRAÇÃO - DIRETORES

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente

Marcos Vinicius de Faria Penteado

Diretor

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor

Gustavo Serrão Chaves

Diretor

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretor

Fabio Stewson de Souza

Contador

CRC-MG 45.913/O-6